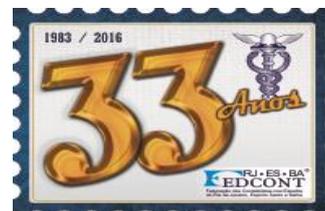




BOLETIM 307 - XI
01 de junho de 2017



Antonio Queiroz do DIAP apresenta conjuntura política nacional dos Profissionais Liberais



Antônio Queiroz (Diap) apresenta a conjuntura política nacional aos profissionais Liberais



O analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz, apresentou, no dia 18 de maio, uma análise da conjuntura política nacional aos profissionais liberais, durante o VIII Congresso Nacional das Profissões Liberais, em Brasília/DF. Antônio Queiroz esclarece que o Brasil precisa de uma mudança de paradigmas e de princípios que norteiam os três monopólios que o estado possui, de impor conduta, do poder de legislar e do poder de tributar. Para ele, essa autonomia é utilizada pelos titulares dos três poderes do país – Legislativo, Executivo e Judiciário –, sendo que o Executivo está na diretriz, para incluir ou excluir o usufruto da cidadania. Segundo Antônio Queiroz, mesmo diante de todos os problemas, o governo anterior atuava para combater os desequilíbrios regionais e de renda e para promover a inclusão social. “O governo atual tem menos preocupação com isso e vai canalizar o orçamento e os poderes de estado para garantir propriedade/moeda e para contratar, no setor privado, serviços indispensáveis à população. Tanto que o conjunto de reformas apresentadas até o momento possui essa sinalização. Houve claramente essa mudança de paradigmas. Sai um estado com uma visão social e entra outro com uma visão fiscal/neoliberal”, pontuou.

Para o analista político, toda essa mudança de cenário político aconteceu com apoio e patrocínio do mercado. “Desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff até a apresentação das reformas no Congresso, com viés neoliberal e fiscal, receberam

Importante iniciativa da OAB/RJ em Defesa dos Trabalhadores



Roberto Parahyba, Rita Cortez, Fábio Nogueira, Aderson Bussinger e Leonardo Rabelo / Fotos: Iluska Lopes.

O Centro de Documentação e Pesquisa da OAB/RJ e a Comissão Especial de Direito Sindical (CEDS) da OAB/RJ, em conjunto com a Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho (JUTRA) e a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) lançaram ontem (23) na sede da OAB/RJ, a Edição Especial – Reforma Trabalhista, que faz parte da edição semestral da Revista Virtual da OAB/RJ (lançada em 2016). Na ocasião também ocorreu o lançamento do Livro Jutra no XIII Encontro Luso Brasileiro de Juristas do Trabalho - Trabalho, Castigo e Escravidão: Passado ou Futuro? A Revista Virtual também contou com a parceria do Sindicato dos Sociólogos do Rio de Janeiro e apoio do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (ACAT) e Associação Fluminense de Advogados Trabalhistas (AFAT).

O evento reuniu juristas, advogados, sindicalistas, jornalistas e outros trabalhadores interessados em conhecer e debater as causas e efeitos das “reformas” neoliberais propostas pelo governo federal. A mesa foi composta por Aderson Bussinger, diretor do Centro de Documentação e Pesquisa da OAB/RJ; Rita Cortez, presidente da Comissão Especial de Direito Sindical OAB/RJ e vice-presidente do IAB; Roberto Parahyba, presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT); Fábio Nogueira, Procurador Geral da OAB/RJ e Coordenador Geral das Comissões da OAB/RJ; e representando a presidente da JUTRA, Leonardo Rabelo de Matos Silva, Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UVA. O senador Paulo Paim (PT) não pôde comparecer, Brasília está em “chamas”.



Roberto Parahyba, presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat)

Durante a apresentação dos trabalhos e palestra, o presidente da Abrat, Roberto Parahyba foi bastante didático. Ressaltou que a Edição Especial – Reforma Trabalhista, foi brilhantemente elaborada, “parabéns ao Aderson Bussinger pela coordenação da Revista Especial, os articulistas são os melhores no âmbito jurídico trabalhista e os temas são os mais atuais. Essa contrarreforma trabalhista é um atentado, um verdadeiro saco de maldades, afronta o Estado Democrático de Direito, destrói os alicerces pelos quais estão edificadas os princípios dos direitos do trabalho. Querem revogar os direitos mínimos (...).”

Fábio Nogueira relembrou frase do criminalista Tércio Lins e Silva: “O combate à corrupção deve ser implacável, mas dentro da Lei”. Fazendo clara alusão à forma como vem sendo pautado o assunto pela grande imprensa. Para Fábio Nogueira as manifestações de rua contra as “reformas” que vêm ocorrendo em todo país não podem ser reprimidas, muito menos com truculência, “a OAB/RJ foi a primeira seccional do país a se pronunciar com nota de repúdio. Contra as “reformas” fizemos o mesmo”.

Aderson Bussinger, diretor do Centro de Documentação e Pesquisa da OAB/RJ, fez uma apresentação detalhada dos textos publicados na Revista Virtual, Edição Especial – Reforma Trabalhista. Hélio Stefani Gherardi, Jorge Luiz Souto Maior, Alderico José Santos Almeida, Valena Jacob e Ivana Soares Feijó, Benizete Ramos de Medeiros, Carla Maria de Barros Garcia Nunes Guerreiro, Jorge Orlando Sereno Ramos, José Agripino da Silva Oliveira, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva e Thiago Patrício Gondim, Patrícia Santiago de Medeiros Corrêa, José Maurício Fernandes Fariña, Lia Rodrigues Fontoura e Vitor Rodrigues Fontoura, Patrícia Santiago de Medeiros Corrêa, Patrícia Garcia dos Santos, Nilton Soares de Souza Neto, Rita Cortez, Thays Santos Motta Guerreiro, Vólia Bomfim Cassar, assinam as brilhantes análises.

Aderson Bussinger enfatizou que esse trabalho teve apoio do presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, a proposta era fazer uma análise abrangente sobre as “Reformas” para contribuir com a advocacia e outros interessados nessa importante questão. “Essa contrarreforma foi desenhada para aniquilar os direitos trabalhistas, imposta sem debate e seguindo determinação da FIESP”, afirmou.

Leonardo Rabelo de Matos Silva, Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade Veiga de Almeida (UVA) destacou que “a reforma desse governo indireto é uma “deformação trabalhista”, não existe negociação sem paridade (...) o sindicato é a coisa mais importante para o trabalhador, penalizar os sindicatos é punir os trabalhadores, a verba sindical é fundamental”.



Aderson Bussinger, Rita Cortez e Humberto Adami

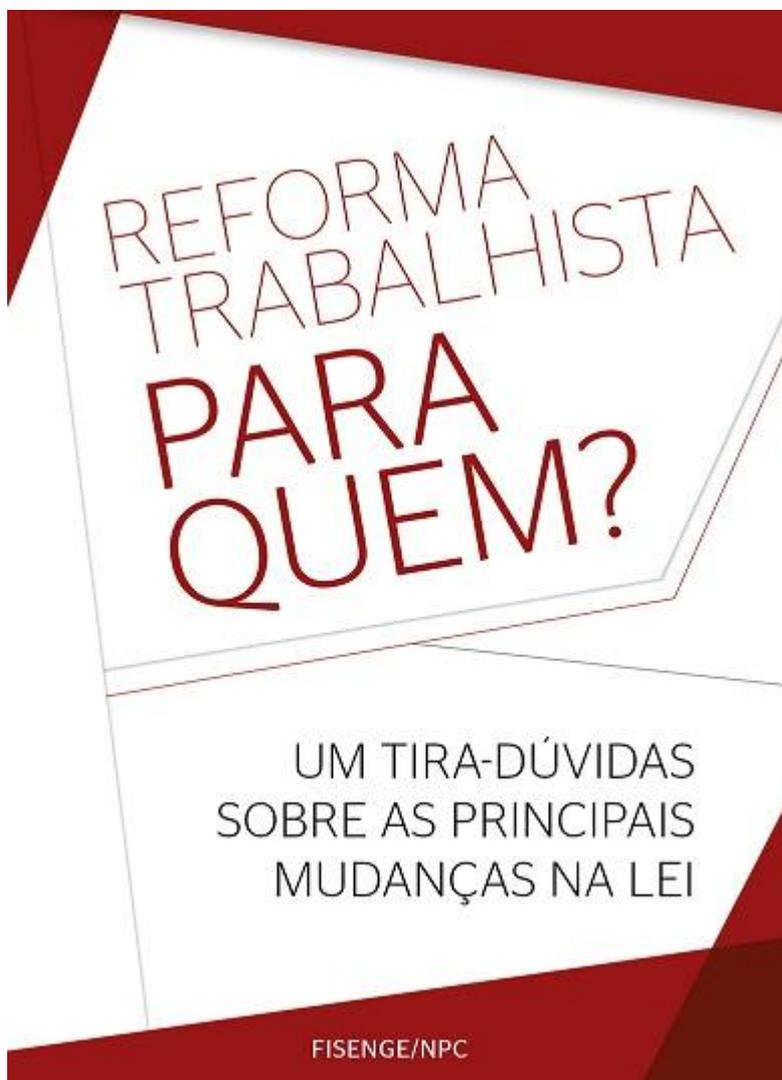
Segundo Rita Cortez, presidente da Comissão Especial de Direito Sindical OAB/RJ e vice-presidente do IAB. “Estou indignada, querem quebrar o pacto constitucional de 1988. A ideia é acabar com a negociação coletiva, não dar chance ao trabalhador. A perseguição será ainda pior para os sindicalizados. Essa contrarreforma é um tiro no pé do capitalismo, menos direitos significa menos consumo. O momento é de confronto, precisamos nos indignar”.

Recomendamos leitura da Revista Virtual, Edição Especial – Reforma Trabalhista. É necessário, enriquecedor, fundamental para lutarmos com argumentos e consciência. Parabéns aos realizadores.

FONTE: Tribuna da Imprensa 24/05/2017 por Daniel Mazola

Visenge lança cartilha sobre forma Trabalhista

De acordo com o engenheiro e presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, a publicação tem o objetivo de alertar, descrever o contexto e informar pedagogicamente.



De acordo com o engenheiro e presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, a publicação tem o objetivo de alertar, descrever o contexto e informar pedagogicamente as mudanças na legislação trabalhista e as consequências para a vida de milhares de brasileiros. “A informação também é um instrumento de luta e disputa. Somos mais de 200 milhões de habitantes no Brasil. E, destes, quase 13 milhões de pessoas desempregadas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nosso país vive uma crise política e econômica forjada pela afirmação de um projeto alicerçado pela lógica de privilégios, e não de igualdade social”, afirmou Clovis Nascimento. A cartilha foi produzida pela Fisenge em parceria com o Núcleo Piratininga de Comunicação - NPC (NPC).

Ainda segundo Clovis, a atual disputa de narrativa – firmada sob a falsa justificativa de geração de empregos - impõe prejuízos e retirada de direitos aos trabalhadores. “A Reforma Trabalhista é uma das medidas mais injustas e retrógradas das últimas

décadas aos direitos dos trabalhadores. A proposta irá precarizar as relações de trabalho e aprofundar a rotatividade, o desemprego e os baixos salários”, declarou.

A publicação ainda aborda aspectos específicos sobre os impactos para os engenheiros e as engenheiras. Na reforma trabalhista, a prevalência do negociado sobre o legislado poderá, por exemplo, acabar com o Salário Mínimo Profissional dos engenheiros e das engenheiras. Isso porque as negociações e acordos coletivos poderão ter força de lei e ignorar toda a legislação vigente. Se um acordo coletivo trouxer como cláusula o pagamento de salários inferiores ao Salário Mínimo Profissional dos engenheiros, a lei 4.950-A/66 poderá ser ignorada. “Hoje, os sindicatos e as entidades de classe recorrem à Justiça para garantir o cumprimento do Salário Mínimo Profissional. Com a reforma, uma lei histórica para a nossa categoria de engenheiros será rasgada”, disse o engenheiro.

Essa Reforma Trabalhista representa um retrocesso no Brasil e em qualquer país do mundo. “Somos muitos, cidadãos e cidadãs, com capacidade de mobilização, manifestação e organização. É nosso dever denunciar o desmonte da legislação trabalhista e ocupar as ruas contra as medidas desse governo ilegítimo”, concluiu Clovis.

Fonte: Tribuna da Imprensa – via Fisenge

Juruna deixa Conselho e faz críticas ao governo



Juruna é secretário-geral da Força

A falta de debate e a própria irrelevância do órgão levaram o dirigente metalúrgico João Carlos Gonçalves (Juruna) a deixar o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), colegiado de assessoramento da Presidência da República criado no governo Lula.

Em ofício a Michel Temer, no qual assinala o caráter irrevogável da decisão, o sindicalista justifica “o fato de o governo de V. Ex.^a ter optado pelo caminho de impor aos trabalhadores e brasileiros mais humildes os ônus dos ajustes econômicos e sociais representados pelas reformas trabalhista e da Previdência”.

Em contato com a **Agência Sindical**, Juruna lamentou o esvaziamento do Conselho: “Perdeu-se um espaço precioso para o debate com as lideranças da sociedade”.

Isolamento - O afastamento de Juruna sinaliza o isolamento de Temer, que, sem votos e base social, tenta se manter na cadeira a todo custo, enquanto vê o apoio a seu governo chegar ao nível da sarjeta.

Veja Ofício :



OFSECGERAL Nº 118/2017

São Paulo, 25 de maio de 2017.

AO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
MICHEL TEMER
MD. PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
BRASÍLIA – DF

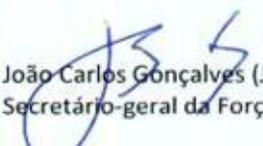
Senhor Presidente,

Venho apresentar, em caráter irrevogável, minha renúncia ao cargo de membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), colegiado de assessoramento do Presidente da República.

Tal decisão justifica-se pelo fato de o governo de Vossa Excelência ter optado pelo caminho de impor aos trabalhadores e aos brasileiros mais humildes o ônus dos ajustes econômicos e sociais representados pelas propostas de reforma trabalhista e da Previdência Social, medidas que buscam extinguir direitos fundamentais conquistados pela luta histórica do povo trabalhador e do movimento sindical brasileiro, adotadas a toque de caixa e sem a necessária negociação e construção de consensos, o que deveria comandar a ação de um Conselho plural e tripartite como é o caso do CDES e de qualquer governo democrático preocupado com o bem-estar do povo.

Sendo o que tenho para o momento, firmo a presente.

Atenciosamente,


João Carlos Gonçalves (Juruna)
Secretário-geral da Força Sindical

Centrais farão mais atos por direitos e cogitam nova greve geral



Sindicalistas avaliam manifestação em Brasília e debatem novas ações

O sindicalismo vive uma fase de acúmulo de forças. Cada ato eleva o patamar de organização da classe trabalhadora e de resistência às reformas neoliberais. Assim foi com o 15 de março, também na greve geral do dia 28 de abril e, agora, no Ocupa Brasília, dia 24 de maio, que reuniu mais de 150 mil manifestantes na Capital Federal.

Ontem (29), as Centrais se reuniram na CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), em São Paulo, avaliaram o Ocupa e aprovaram uma agenda de ações. Presidente da UGT, o dirigente comerciário Ricardo Patah, afirma: “Realizamos a maior manifestação da história de Brasília, concebida de forma pacífica, como sempre fazem os trabalhadores”.

Ainda no balanço do dia 24, os dirigentes recomendaram que as próximas manifestações de massa cuidem com mais zelo das providências relativas à segurança dos participantes.

Agenda - As Centrais decidiram: 1) Jornal de grande tiragem, para relatar o dia 24, informar o andamento das reformas trabalhista e previdenciária no Congresso e mobilizar as bases; 2) Atos das categorias e Centrais, a fim preparar nova greve geral; 3) Greve nacional, entre final de junho e começo de julho, a depender do rito das reformas; 4) Atos dia 6 de junho, no TSE-Brasília, quando haverá julgamento da chapa Dilma-Temer; 5) Fora Temer e eleições diretas.

Wagner Gomes, secretário-geral da CTB, comenta: “Esse governo acabou. As Centrais apoiam o Fora Temer, mas cada uma tratará desse tema conforme sua concepção. Porém, a ideia de eleições diretas tem apoio unânime entre as Centrais”.

CSB - Antonio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, também criticou Temer e a submissão do Congresso Nacional ao poder econômico, alegando que há dificuldades em se dialogar com um Parlamento nessas condições. Ele argumenta: “Mas, se tiver que negociar, pra defender os trabalhadores e os interesses nacionais, vamos sentar e conversar”.

Fonte: Repórter Sindical nº 2.505 – 30 de maio de 2017

Confederação pontua precariedades na desconstrução do direito do trabalho em seminário do MPT



A Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, apresentou nessa terça-feira, dia 30 de maio, em Brasília/DF, os impactos do processo de desumanização do trabalhador frente à mudança prevista pela Reforma Trabalhista (PLC 38/17). A exposição da CNPL integrou o Seminário “Direito do Trabalho e Movimento Sindical: Passado, Presente e Futuro”, no painel “Papel do movimento sindical, MPT e da Justiça do Trabalho para a efetivação do Direito do Trabalho nos dias de hoje”. O evento foi realizado pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS) do Ministério Público do Trabalho (MPT), como parte da programação da campanha “Maio Lilás”, criada para conscientizar a sociedade da importância da união e participação pacífica dos trabalhadores em atos coletivos para defesa de seus direitos.

O presidente da CNPL, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, destacou que a Reforma Trabalhista produz tamanha indignidade ao trabalhador que as maiores autoridades da justiça do trabalho no Brasil, os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) se manifestaram contra ao PLC 38/17. “Dos 27 ministros que integram o TST, 17 entregaram no Senado um documento alegando que a Reforma Trabalhista vai reduzir vários direitos trabalhistas dos brasileiros, no curto e longo prazo. O manifesto cita como itens prejudiciais aos trabalhadores à terceirização da mão de obra e a dificuldade no acesso à Justiça trabalhista. É um absurdo que parlamentares neófitos ao assunto do direito do trabalho querem atropelar a tramitação dessa forma, sem qualquer abertura para diálogo”, ressaltou.

Carlos Alberto Schmitt de Azevedo também criticou, com veemência, a conduta inadmissível do presidente do TST ao afirmar, em audiência pública no Congresso, que o trabalhador pratique atos de automutilação para receber indenização devido à delimitação física. “Esse posicionamento é no mínimo preconceito e infundado, tendo em vista a realidade do país”, ressaltou.

Por fim, as entidades que integram o Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS) aprovaram a Carta de Brasília com informações para alertar os senadores da República e a sociedade.

Fonte: Boletim CNPL 31/05/2017

1º Festival da Comunicação Sindical e Popular



Foto Gilka Resende

[Luisa Santiago – 29.05.2017] No dia 25 de maio, nós, do Núcleo Piratininga de Comunicação, realizamos o 1º Festival da Comunicação Sindical e Popular, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro.

Foi um dia para reacender as esperanças. E nada disso teria acontecido se não fossem aqueles que se dispuseram a estar nesse projeto conosco e todos os que se envolveram direta e indiretamente. Pela dedicação e disposição de todos, agradecemos imensamente.

A idealização foi nossa, mas a construção de tudo foi feita a muitas mãos. Os recursos para execução do projeto foram obtidos através da colaboração de pessoas e entidades, numa campanha de financiamento coletivo. Sem isso, não seria possível realizar um dia tão bonito. Foram mais de 100 pessoas envolvidas.

.Agradecemos ao Sinttel-Rio, ao Senge-RJ, à Fisenge, ao Sinpro-DF, ao Sismuc, ao coletivo Terra Sem Males, ao MST e ao jornal Brasil de Fato, à Associação de Docentes da UNIRIO (ADUNIRIO), ao coletivo Inimigos do Rei, ao jornal JVC, ao PACS, ao jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá, à Fundação Dinarco Reis e ao Favela Art.

De 10h às 20h esses grupos expuseram seus trabalhos e tornaram linda a nossa Feira da Comunicação Sindical e Popular. Agradecemos também a outros grupos que não puderam estar conosco, mas enviaram os seus materiais.

O dia começou com o coral A Voz da Luta, do Sindipetro-Rj, que trouxe a voz dos trabalhadores para a rua.

Três aulas reuniram dezenas de pessoas em praça pública. O professor Josué Medeiros, da UFRJ, falou sobre os 100 anos da Greve Geral de 1917 e a luta pela redução da jornada de trabalho. Darlan Montenegro, da UFRRJ, falou sobre os 100 anos da Revolução Russa. E o professor da UNICAMP, Reginaldo Moraes, trouxe os temas Globalização, Trabalho e Comunicação para os vários jovens que o assistiam da escadaria da Câmara dos Vereadores.



Fotos: Gilka Resende e Ívina Costa

Intervenções teatrais também fizeram parte desse dia. Os atores Bruno Peixoto e Ana Fernanda, do En La Barca Jornadas Teatrais, e Carlos Maia encantaram quem passava pela Cinelândia com sua arte militante.



Fotos: Joka Madruga

Uma roda de conversa sobre comunicação sindical e popular, tema central do Festival, mobilizou várias pessoas em plena tarde de quinta-feira. A mesa principal tinha as jornalistas Ana Lucia Vaz e Katia Marko e os comunicadores populares Arley Macedo e Inessa Lopes, mas, após suas apresentações, as falas foram abertas e muitos se juntaram para dividir suas experiências nesse campo.



Fotos: Joka Madruga e Camila Araujo

A música como comunicação popular tomou conta da Cinelândia no fim do dia. Repper Fiell, MC Julião, MC Lacerda (tb conhecido como MC Papá), MC Nildo JPA e Ana Paula subiram ao palco com o rap e o funk das favelas cariocas. Logo

depois, pra encerrar, o grupo ÉPreta, composto só por mulheres negras, chegou com o samba para homenagear os 100 anos da greve das tecelãs na Rússia.



Fotos: Camila Araujo e Joka Madruga

O saldo do dia foi muito positivo. Ocupamos a praça com nosso trabalho, nossa militância, nossa luta e nossa comunicação. A comunicação sindical e popular merece ser reconhecida e celebrada porque é ela que fortalece as lutas dos trabalhadores, tão necessária na difícil conjuntura atual.

Fonte: Informativo NPC (núcleo Piratininga de Comunicação) 01/06/2017

Senado aprova o Bônus de Eficiência e Produtividade

O Plenário do Senado Federal apreciou hoje a Medida Provisória 765/2016, que institui os Bônus de Eficiência e Produtividade para os auditores fiscais e auditores fiscais do trabalho, nos termos do texto aprovado ontem no Plenário da Câmara, que suprimiu os §§ 4º dos arts. 6º e 16, que determinavam as bases de cálculo dos Bônus.

Para a atividade de auditoria fiscal, era previsto que a base de cálculo do Bônus seria composta pelo valor total arrecadado pelas seguintes fontes integrantes do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf): a) arrecadação das multas tributárias e aduaneiras incidentes sobre a receita de impostos, de taxas e de contribuições administrados pela SRFB, inclusive por descumprimento de obrigações acessórias; e b) recursos advindos da alienação de bens apreendidos.

Para a atividade de auditoria-fiscal do trabalho, era previsto que a base de cálculo do Bônus seria composta por 100% das receitas decorrentes de multas pelo descumprimento da legislação trabalhista, incluídos os valores recolhidos, administrativa ou judicialmente, após inscrição na dívida ativa da União.

A Medida segue para a sanção.

Fonte: Informativo CNI nº 38 – 01/06/2017

Campos receberá Delegacia da JUCERJA

O Município de Campos dos Goytacazes, pertencente à base territorial da FEDCONT, receberá uma delegacia da JUCERJA. O convênio foi assinado pelo Presidente da JUCERJA, Luiz Paranhos Velloso, e o Prefeito de Campos, Rafael Diniz.

Há 30 anos os campistas vêm lutando para poder instalar uma delegacia da JUCERJA em sua cidade e agora o sonho se tornou realidade.

Com destaque, participaram da luta as seguintes entidades: FEDCONT RJ ES BA (Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia), SINCCA (Sindicato dos Contabilistas de Campos), ACIC (Associação Comercial e Industrial de Campos), CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campos), CARJOPA (Associação dos Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências), FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) e o Setor de Farmácias.



FILIADA A:

